

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.502.164 - BA (2019/0135349-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
EMBARGANTE : BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO : FÁBIO GIL MOREIRA SANTIAGO - BA015664
EMBARGADO : MCA MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA
OUTRO NOME : MALU FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS LTDA
ADVOGADOS : Flávio Melo Souza - SE010376
DANIEL DAVI CARVALHO ALMEIDA - BA058487

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão que conheceu do agravo e deu provimento ao recurso especial para afastar a prescrição da pretensão e determinar o retorno dos autos à origem, para que prossiga no seu julgamento (e-STJ fls. 330/332).

A embargante alega que existiria "verdadeira omissão na respeitada decisão, na medida em que não houve qualquer cotejo dos pedidos da embargada na peça inicial" (e-STJ fl. 337).

A embargada apresentou impugnação (e-STJ fls. 344/348).

É o relatório.

Decido.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, o que não é o caso dos autos.

Diferente do que alega a embargante, a decisão embargada apreciou, de forma clara e fundamentada, a pretensão deduzida na petição inicial (e-STJ fls. 1/2 e 7/16), concluindo que, de acordo com o Tribunal de origem, "a lide versa sobre pagamento de seguro, decorrente de incêndio em imóvel, sob a alegação da ora agravante de suposta recusa da recorrida em adimplir o contrato, embasando o seu pleito no pagamento das indenizações oriundas do pacto firmado pelas partes contratantes" (e-STJ fl. 214).

Ressalte-se, ainda, que a Corte local estabeleceu as premissas fáticas de que: (i) "a agravante afirma que pretende a reparação moral e material dos danos causados pela recorrida diante da não renovação do seguro" (e-STJ fl. 214) e (ii) "aponta a agravante que o seu pleito consiste não só no pagamento da apólice mas, também, no pagamento da indenização pelos danos materiais e morais por ela suportados, em razão da não renovação do contrato" (e-STJ fl. 214).

Dessa maneira, o simples fato de a decisão recorrida ser contrária aos interesses da parte não configura nenhum dos vícios previstos no art. 1.022 do CPC/2015.

Assim, não se constata nenhum dos casos de cabimento dos embargos de

Superior Tribunal de Justiça

declaração.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator